

### Coluna do Castello

## O que preexiste na Constituição

O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, pretende reunir as principais figuras da assembléia, principalmente os presidentes e relatores das comissões, para um exame informal dos problemas de elaboração da nova Constituição. É claro que essa intenção se deve em parte às dificuldades para encontrar um relator geral e às objeções de ávidos representantes do PFL à eleição do senador Afonso Arinos para presidir a Comissão de Sistematização.

O que o presidente do PMDB pretende fazer é alertar os parlamentares incumbidos da elaboração inicial do texto para o fato de que, na realidade, mais da metade da Constituição está praticamente feita. Trata-se daquilo que representa a tradição do direito constitucional brasileiro e traduz uma linha definidora de aspirações que tem atravessado todas as constituições com exceção da de 1937. Essa é uma parte na verdade já escrita e, sendo consensual, o mais que comporta ou pode comportar é a introdução de um novo item no capítulo, por exemplo, dos direitos e garantias do cidadão.

As comissões devem fixar-se, portanto, de preferência na matéria polêmica, no que se pretende introduzir como inovação em função das aspirações recentes da sociedade, da evolução da ordem econômica e social, da definição do sistema de governo e em capítulos que envolvam alta tensão como a fixação de princípios de concessão e uso de canais de rádio e televisão e as reservas de mercado. Em consequência, deve ser seccionada a parte sobre a qual há consenso facilmente apurável e concentrar os trabalhos na procura de fórmulas de renovação ou de modernização dos textos que pretendam introduzir novidades no direito público brasileiro.

O que deseja o presidente da Constituinte é que não haja perda de tempo sobre o óbvio e que as comissões se fixem no trabalho de inovação ou de renovação da carta constitucional, coisa que seria normalmente feita se a maioria dos constituintes trouxesse já a marca da experiência de trabalhos legislativos.

Não está fácil para o PMDB a indicação do relator da Comissão de Sistematização, função pretendida pelos deputados Pimenta da Veiga e Bernardo Cabral e pelo senador Fernando Henrique Cardoso. Não há uma apuração adequada de capacitação dos candidatos ao posto, pois, se o líder do Senado é o que presumidamente dispõe de visão mais ampla dos problemas nacionais, falta-lhe o conhecimento das técnicas de elaboração legislativa e a intimidade com o direito público. O sr. Pimenta da Veiga é apresentado como um político sectário e malicioso que luta pela prevalência de suas posições mesmo diante da evidência de que elas não são consagradas pelo consenso. Quanto ao sr. Bernardo Cabral, seus títulos são contestados na bancada, que lhe atribui pouca representatividade política.

Não será fácil a escolha de um relator adequado numa assembléia na qual não se distinguem os especialistas em direito constitucional. Nas antigas assembléias constituintes o que mais havia era esse tipo de especialista, que tem perdido representação nos conselhos políticos. Quanto à designação do senador Afonso Arinos para a presidência da comissão, o líder do PFL, simpático às aspirações do senador Carlos Chiarelli, um advogado trabalhista em sua província, alega que a maioria dos seus liderados não conhece o professor Afonso Arinos. Pouco importa. A nação o conhece.

Mas as objeções surgidas inopinadamente no seio de partido minoritário não devem prevalecer, como se pode deduzir das indignadas declarações do presidente do Senado, sr. Humberto Lucena, e do reconhecimento pelo deputado Ulysses Guimarães de que seria um ato insólito e descabido a rejeição do nome da maior figura da Constituinte para presidir a Comissão de Sistematização, a que mais importa, pois dela é que emergirá o verdadeiro projeto constitucional. O PMDB está mais bem informado do que o PFL a propósito da figura do senador Afonso Arinos.

### Funaro e o PMDB

O deputado Ulysses Guimarães considera injustas as observações de que o ministro Dilson Funaro não está historicamente vinculado ao PMDB e à sua luta. Lembra ele que, em 1984, apesar de enfermo, o ministro da Fazenda compareceu, aos comícios das diretas, subindo ao palanque inclusive na Praça da Sé. Suas opiniões de crítica à política econômica do regime anterior eram públicas e notórias.

Pessoalmente, o presidente do PMDB admira no sr. Dilson Funaro especialmente sua "previsibilidade". O que ele prevê como consequência dos seus atos geralmente acontece. Foi assim com a negociação dos débitos de curto prazo, com a negociação no Clube de Paris e com a colocação no contexto internacional do problema da dívida dos países em desenvolvimento e de algumas idéias lançadas a respeito. A decisão do Canadá é significativa, sem contar que o ministro da Fazenda já tem a cobertura do governo da Itália e agora do governo de Portugal, além de outras que não podem ainda ser reveladas.

Carlos Castello Branco

# Ulysses admite votar logo Cruzado II

Brasília — O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte e da Câmara, admitiu que o Congresso Nacional pode ser convocado para votar o decreto-lei 2290/86, conhecido como Cruzado II, que acabou com o congelamento em novembro passado. "Vou entrar em contato com o senador Humberto Lucena (presidente do Congresso Nacional) para que esse decreto seja votado", disse Ulysses.

A frase do presidente da Constituinte, dita em plenário depois de um exaltado discurso do deputado Bonifácio de Andrade (PDS-MG), pedindo a votação do decreto, foi suficiente para o PDS se agitar. Andrade disse que seu partido já entrou em contato com o PDT, o PFL, o PT e parlamentares do PMDB, que estão ansiosos para derrubar o decreto em plenário.

### Perplexidade

Para que isso aconteça, o decreto 2.290/86 terá que passar na frente de 95 decretos-leis. Para a votação do Cruzado I, em fevereiro do ano passado, bastou que os líderes partidários e o então presidente do Congresso, José Fragelli, entrassem num acordo para levá-lo a plenário. Humberto Lucena diz que vai esperar uma conversa com Ulysses Guimarães, a fim de saber se é do interesse do governo correr o risco de ver o decreto rejeitado.

O líder do PMDB na câmara, Luis Henrique, está perplexo com a idéia, achando que há o risco de o decreto ser rejeitado. "Não acredito que o doutor Ulysses tenha a coragem de colocar esse decreto em votação. Se ele fizer isso, vou ter que conversar com cada deputado do PMDB para evitar uma derrota do governo". Essa derrota seria semelhante à que o governo Figueiredo sofreu quando o Congresso derrubou o decreto 2045/83, que regulava a questão salarial.

O senador Severo Gomes (PMDB-SP) também está preocupado. "Vai ser um caos se o Congresso rejeitar esse decreto e dificilmente isso vai deixar de acontecer. Foi esse decreto que aumentou o IPI a ponto de dobrar o preço dos automóveis. Como é que o doutor Ulysses vai querer colocar isso em votação?".

Animado com o que ouviu de Ulysses em plenário, o deputado Bonifácio de Andrade volta amanhã à tribuna a fim de desafiar o PMDB a impedir a votação. Ele disse que se Ulysses e Humberto Lucena não tomarem essa providência, o PDS impetrará um mandado de segurança na Justiça, invocando o direito de os parlamentares votarem os decretos-leis do governo.

Até hoje, o decreto do Cruzado II não foi sequer lido em sessão do Congresso. Só depois desse ritual é que começará a correr os prazos para a sua votação. A Mesa do Congresso deverá eleger uma comissão para estudá-lo e, em 60 dias, ele deverá ser submetido a votação, para ser rejeitado ou aprovado. Caso não se cumpra esse prazo, estará automaticamente aprovado.

## Eleição acaba, inflação volta

Seis dias depois das eleições de 15 de novembro, em que o PMDB — sustentado na ampla adesão popular ao Plano Cruzado e defendendo a bandeira da manutenção do congelamento dos preços — colheu a maior vitória eleitoral da história do país, elegendo 22 dos 23 governadores e conquistando maioria na Constituinte, o presidente José Sarney assinou o conjunto de decretos-leis que ficou conhecido como o Cruzado II.

Entre outras medidas, foram autorizados aumentos para o açúcar (25%), a gasolina e o álcool (60%), cigarros (entre 45 e 120%), bebidas (100%), tarifas de energia elétrica (35%) e postais (80%), e automóveis (80%). Modificou-se o índice de cálculo da inflação. Respondendo às críticas, os ministros da área econômica disseram que o objetivo era apenas o de frear o consumo, considerado muito alto. Garantiram que os trabalhadores não seriam afetados. Na prática, porém, foi o fim do congelamento. A inflação voltou a subir e a popularidade de Sarney desfez-se rapidamente.

## Governadores querem Sarney agindo rápido

São Paulo — Os governadores do Rio de Janeiro, Moreira Franco; de São Paulo, Orestes Quércia; de Minas Gerais, Newton Cardoso; e de Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda, reúnem-se amanhã em almoço para discutir a duração do mandato do presidente José Sarney e buscar fórmulas de fortalecimento do governo. Em troca, vão pedir que o presidente faça a reforma ministerial e ponha em prática um programa econômico o mais rápido possível.

Quércia, que almorçou, na ala residencial do Palácio dos Bandeirantes, com o governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, disse que "todos estão com incertezas na cabeça e é preciso que o presidente perceba isso, organize um plano de ação econômica e o execute o mais rápido possível", disse o governador.



Brasília — José Varella

Às vésperas da reunião do Conselho Político, com os líderes da Aliança Democrática — PMDB e PFL —, o presidente José Sarney (foto) recebeu, durante a solenidade de assinatura de mensagem ao Congresso Nacional reajustando benefícios da Previdência Social, no Palácio do Planalto, os cumprimentos do líder do PTB na Câmara,

deputado Gastone Righi. Sobre a reunião do conselho, Mário Covas afirmou que, mesmo convidado, não participaria do Conselho Político. Já Gastone Righi vem se esforçando para ser convidado. O conselho reúne-se hoje para discutir o projeto de lei de greve que o governo encaminhou ao Congresso em julho de 1986

## Bancada elege presidente da Comissão de Sistematização

Brasília — Depois de ter indicado os relatores de oito das nove comissões temáticas da Constituinte sem consultar a bancada de seu partido, o líder do PMDB, senador Mário Covas, resolveu adotar um novo critério para indicar o relator da Comissão de Sistematização. Covas comunicou aos três candidatos — os deputados Pimenta da Veiga (MG) e Bernardo Cabral (AM), e o senador Fernando Henrique Cardoso (SP) — que o nome do PMDB para esse cargo será escolhido em eleição pela bancada.

Ao abrir mão do privilégio de indicar o ocupante do segundo cargo mais importante da Constituinte depois da presidência (ocupada pelo deputado Ulysses Guimarães) Covas livra-se também do desgaste que seria ter que optar por um dos concorrentes. A eleição do relator da Comissão de Sistematização será amanhã às 9h, no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados. O candidato que obtiver maioria absoluta (metade mais um) dos votos será o vencedor.

## Pimenta e Bernardo Cabral disputam

Brasília — Caso o senador Fernando Henrique Cardoso (SP), com quem esperam os outros postulantes, desista de concorrer ao cargo de relator da Comissão de Sistematização, a eleição ficará polarizada entre os grupos liderados pelos senadores José Richa e Mário Covas e pelo presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães. O deputado Bernardo Cabral (AM) é candidato de Richa e o deputado Pimenta da Veiga (MG) é considerado o nome preferido de Ulysses.

A disputa só não ficará muito caracterizada porque o próprio Ulysses antecipou-se a ela: aplaudiu a decisão de Covas de levar a decisão para a bancada e advertiu que não tem candidato. Os três postulantes, no seu entender, têm todas as condições de exercer a importante tarefa de redigir o projeto da nova Constituição.

Pimenta nega que seja candidato de Ulysses, dizendo-se indicado pela bancada mineira. O mesmo faz Cabral em relação a um forte padrinho que lhe é atribuído, o ministro do Exército general Leônidas Pires Gonçalves. Assume, porém, suas ligações com Covas, de quem foi vice-líder na Câmara dos Deputados em 1969, e com Richa.

Depois de ter amargado durante meses o desprezo de seus colegas mineiros, por ter apoiado a candidatura dissidente de Itamar Franco ao governo do estado, Pimenta ressurgiu unido pela mesma bancada, que já o vetou para tantas funções dentro

do partido. O espaço pretendido pelos mineiros e até hoje não conquistado é sua principal bandeira. Mesmo quando dissidente, posição que assumiu na campanha eleitoral, contrariando orientação de Ulysses, Pimenta manteve suas ligações com o presidente do PMDB.

Líder da bancada e do governo, em uma articulação que uniu adversários históricos (Ulysses e o deputado pernambucano Fernando Lyra), Pimenta, em fevereiro do ano passado, chegou a se rebelar contra o presidente José Sarney. Recusou-se a participar da solenidade de posse dos novos ministros, porque achou que a reforma ministerial da época foi feita contra o PMDB.

Cabras é amigo de longa data do presidente Sarney. Sua atuação parlamentar, na legislatura de 1967 (ele foi cassado dois anos depois), quase não é lembrada. É mais conhecido pela vinculação com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da qual foi presidente de 1981 a 1983. Um dos fatos marcantes de sua passagem pela presidência da OAB foi o atentado a bomba que matou a secretária Lídia Monteiro.

Ele garante que nenhum de seus amigos de fora do Congresso, principalmente o ministro do Exército e o presidente Sarney, está interferindo na disputa. Cabral explicou que a amizade com o general Leônidas vem da época em que este era major e ajudante-ordens do presidente Jânio Quadros.

Covas disse que "seria impossível obter um critério que justificasse a escolha de um dos três candidatos". Explicou que nas demais comissões, cujos relatores indicou pessoalmente, "o PMDB está representado com nomes que foram a sua espinha dorsal". O caso da comissão de Sistematização acrescentou, "é singular porque os três nomes representam fielmente o pensamento do partido."

Cabras é amigo de longa data do presidente Sarney. Sua atuação parlamentar, na legislatura de 1967 (ele foi cassado dois anos depois), quase não é lembrada. É mais conhecido pela vinculação com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da qual foi presidente de 1981 a 1983. Um dos fatos marcantes de sua passagem pela presidência da OAB foi o atentado a bomba que matou a secretária Lídia Monteiro.

Ele garante que nenhum de seus amigos de fora do Congresso, principalmente o ministro do Exército e o presidente Sarney, está interferindo na disputa. Cabral explicou que a amizade com o general Leônidas vem da época em que este era major e ajudante-ordens do presidente Jânio Quadros.

## O peso dos interesses pessoais

Brasília — A política dos acordos e de decisão final da liderança, desenvolvida pelo PMDB como norma para agilizar os trabalhos de organização das oito comissões e 24 subcomissões temáticas da constituinte, continuava ontem a sofrer pressões ditadas pelos interesses pessoais de grupos alojados no partido. A apenas 24 horas da escolha dos presidentes e relatores, nada menos que cinco das subcomissões tinham sua composição indefinida, enquanto em seis delas desenvolvia-se uma disputa de dois e até três pretendentes ao cargo de relator.

Durante todo o dia, inúmeras reuniões foram realizadas no gabinete do líder da constituinte, senador Mário Covas — instalado na Comissão de Relações Exteriores da Câmara —, enquanto relatores e presidentes das comissões eram despachados para contornar os choques de interesses.

"A ninguém aqui interessa o confronto. Vamos estabelecer bases para o entendimento, pois é

inconcebível que as comissões comecem a trabalhar sob o estigma do racha", ponderava o deputado Otávio Elísio Alves de Brito (PMDB-MG), enquanto aguardava um despacho com Covas, no qual pretendia discutir a sua candidatura à relatoria da subcomissão de Educação, Cultura e Esportes, cargo também reivindicado pelo senador João Calmon (PMDB-ES).

Covas afirmou que não pretende abandonar os critérios definidos pelo partido para a escolha de relatores e presidente: a qualificação do pleiteante para tratar com o tema de sua subcomissão, a identidade do candidato com os objetivos do PMDB e o casamento da escolha com o equilíbrio regional. "Em 18 subcomissões esses critérios foram suficientes, nas demais é possível o entendimento. Em último caso, iremos para a disputa no voto", adiantou o vice-líder Antônio Pedrosa (SP).

## Líderes querem que PFL passe para oposição

Belo Horizonte e Brasília — Reunidos por mais de oito horas na Sala das Comissões da Assembléia Legislativa de Minas, líderes das bancadas estaduais do PFL de 16 estados aprovaram por unanimidade documento em que acusam o governo do presidente Sarney de cometer um conjunto de erros na execução da política econômica ditada pelos ministros do PMDB. Dez dos 16 líderes advogaram o imediato rompimento do PFL com o governo federal, passando a adotar uma posição oposicionista.

Ficou acertado que, antes de formular o rompimento, o PFL deve reunir seu diretório nacional e, posteriormente, decidir em convenção sua nova posição. Será sugerido também que o partido apresente ao presidente José Sarney uma proposta alternativa de uma nova política econômica, para substituir a atual que, segundo assinala o documento, "está conduzindo a nação a uma inquietante realidade, a uma economia que mais e mais parece ser controle".

### Indefinição

O documento acusa o governo do presidente José Sarney de responsável pela crise, "no momento em que se debatem os mais significativos segmentos da sociedade, desorientados com a indefinição do governo na fixação de diretrizes seguras e duradouras para toda a economia nacional".

A palavra "rompimento" eclodiu, logo no início dos trabalhos, quando o líder do PFL de Minas, deputado Milton Salles, manifestou o descontentamento dos mineiros face à orientação do governo. Sua manifestação foi corroborada pelos líderes do Espírito Santo e de Rondônia que, inclusive, afirmaram que, se o PFL não romper com o governo federal, expressivas figuras do partido vão abandoná-lo.

Manifestaram-se pelo rompimento Milton Salles, Minas; Enivaldo dos Anjos, Espírito Santo; Mavil Moraes Cavalcanti, Pernambuco; Fernando Monteiro, Piauí; Getúlio Nunes, Rio Grande do Norte; Bazílio Zanusso, Paraná; Germano Mostadeiro, Rio Grande do Sul; João Tezza, Acre; Edson Fidellis, Rondônia; e João Ribeiro, Goiás.

Preferiram defender a manutenção do alinhamento do PFL com o governo, embora aceitando as críticas à política econômica e considerando que é difícil a convivência com o PMDB a nível nacional, Júlio César Garcia, Santa Catarina; Luiz Cabral, Bahia; Manoel do Carmo Neto, Amazonas; Mesquita Bráulio, Rio de Janeiro; César Bandeira, Maranhão; e Marilu Guimarães, Mato Grosso do Sul.

### Jantar

O presidente Sarney, dentro de sua estratégia de se aproximar dos políticos que integram a Aliança Democrática, recebe hoje, às 20h30m, no Palácio da Alvorada, toda a bancada federal do PFL e os cinco ministros de estado de seu governo indicados pelo partido. Entre parlamentares, ministros e suas mulheres ou maridos, comparecerão ao Alvorada 282 pessoas.

## Colagrossi reúne deputados para reavivar o PTR

Ex-deputado federal e suplente de senador José Colagrossi deu ontem a partida na sua candidatura à prefeitura do Rio, reunindo em torno de um jantar em seu apartamento na Avenida Vieira Souto um grupo de políticos do PDT que sempre se afinava com as suas posições quando integrante do partido do ex-governador Leonel Brizola.

A idéia central de Colagrossi, nomeado por Moreira Franco para o cargo de secretário de Integração com a União, parece ser a de fortalecer o seu pequeno partido, o PTR, que elegeu dois deputados à Assembléia Fluminense ano passado. Para o jantar, o suplente do senador Nelson Carneiro convidou ainda três ex-deputados do PMDB — José Montês Paixão, Romualdo Carrasco e Cidinho Santana Filho — e dois ex-parlamentares do PFL, Aluizio de Castro e Ludo Amon.

Colagrossi tentou concorrer à prefeitura carioca pelo PDT em 1985, mas sua candidatura acabou atropelada por Brizola, que preferiu Saturnino Braga.

Computadores — O Serviço de Processamento de Dados do Senado — Prodasen — começa hoje a instalar nas comissões quatro terminais de computador com informações para os constituintes, entidades civis e imprensa. Na reunião de ontem, a Mesa definiu que ainda não será criado um quadro de pessoal específico para a Constituinte: "Vamos utilizar o pessoal da Câmara e Senado, além de requisitá-los aos órgãos quando necessário", informou o 1º secretário, deputado Marcelo Cordeiro.